

## A ABADIA COMO CENTRO DE SERVIÇO PASTORAL UMA CONTRIBUIÇÃO À ESPIRITUALIDADE CANONICAL



### 1 Esclarecimentos

#### 1.1 O turismo descobre o mosteiro

Faz uns anos que os mosteiros se tornaram objetivos para o turismo, e bons lugares para recolher-se. Procurando mais autenticidade e motivação para a vida, o povo descobre cada vez mais os mosteiros, que proporcionam um aumento de valor mental e espiritual. Como segmento de mercado, o 'turismo espiritual' vai crescendo, porque aumenta o número dos que procuram durante as férias reabastecer-se ou renovar-se espiritualmente. Os mosteiros se diferenciam da vida habitual. Neles, as pessoas encontram tranquilidade e proteção em vez da movimentação contínua, experimentam tradição e historicidade em vez de modernismo. Os mosteiros se abrem a essa saudade e busca de pessoas estressadas e abatidas, oferecendo-lhes um programa variado de formações. Que têm a dizer os mosteiros de sua maneira de reagir? Como dão uma resposta à busca e esperança do povo? Como é a relação dos religiosos com o povo? Há

verdadeiros encontros, contatos espirituais, conversas pastorais?

#### 1.2 Mosteiro como centro pastoral

O abade Bernhard A. Eckersdorfer de Kremsmünster escreveu um artigo sobre o significado do mosteiro como centro pastoral, conforme a visão beneditina.<sup>1</sup> Foi um estímulo para refletir sobre as nossas abadias que são inteiramente comparáveis com os centros monásticos quanto à 'estabilidade' e irradiação, como também quanto à importância da vida comunitária. O mesmo Bernhard Eckersdorfer afirma que os impulsos fundamentais e a necessidade de precisão atingem também às outras ordens e, sobretudo a busca atual da imitação de Cristo, embora a concepção fundamental da vida monástica e da canonical seja distinta. Enquanto os monges saem do mundo para viverem no 'claustro', voltados somente para Deus, constantes na busca dEle, os cônegos vivem em comunhão, saindo depois para o mundo, para trabalhar pastoralmente. Originalmente o movimento monástico foi um movimento de leigos, que se retiravam do mundo, ou em casos extremos, fugiam do mundo, para servir a Deus, totalmente retirados e separados do mundo. Os cônegos entravam no mosteiro para levar uma vida comunitária, e depois se preparavam para servir o povo. Essas formas ideais de vida típica não se conservaram: muitas vezes se mesclaram. Assim se encontram na Bavária e na Áustria padres beneditinos e cistercienses ativos em paróquias e escolas. Há também cônegos que levam uma vida mais contemplativa, especialmente na França. Por isso é legítimo fitar os olhos na casa dos cônegos como esfera pastoral, e é legítimo fixar uma vez a vista no mosteiro como espaço original de pastoral.

Como cônegos regulares, os premonstratenses receberam muito das ordens monásticas: a vida numa abadia com um abade, o ofício coral festivo, o sistema de filiação que faz que uma casa nova proceda de outra, a introdução dos capítulos gerais anuais (pelo menos no começo de nossa Ordem) com uma forte tendência para centralizar e uniformizar o governo. Inicialmente, se costumava observar tempos importantes de silêncio e de jejum. Em geral, o estilo de vida era muito ascético.

<sup>1</sup> Bernhard A. Eckersdorfer, Das Kloster als pastoraler Ort. Die Bedeutung des benediktinischen Lebenszeugnisses. Geist und Leben 82/5 (2009) 321-335.

Aspirava-se à auto-suficiência econômica que requeria trabalho manual e produção própria. Os mosteiros tinham atividades econômicas próprias, eram pequenas empresas responsáveis por toda a subsistência da comunidade. À primeira vista, não se distingue um mosteiro de cônegos, de uma abadia beneditina. Aqui queremos fitar o significado do mosteiro e da comunidade, como espaço pastoral.

### 1.3 A vida interior do mosteiro

Neste sentido, observa-se uma evolução interessante em nossa Ordem: devido à falta de novos candidatos, as comunidades se concentram mais na vida do mosteiro. Algumas paróquias, que foram atendidas durante séculos, são entregues à diocese. Faltam irmãos disponíveis para viver no exterior e trabalhar nas paróquias. Em lugar de sair ao encontro do povo, se criam oportunidades para acolher as pessoas na abadia. De fato, em quase cada abadia há um ‘centro de espiritualidade’, um instituto de formação, uma hospedaria aberta, onde as pessoas são acolhidas para participar da liturgia, da vida dos cônegos, de seminários e assembléias. O mosteiro torna-se novamente um centro. Por conseguinte, se esforça para equipar estes centros, como espaço de encontro, de meditação e de pastoral. Ainda não vamos examinar aqui essa tendência que poderia ser avaliada como restaurativa, semelhante a um retorno que, em termos de nossa história premonstratense chamaríamos: um retorno de Magdeburgo para Premontré, como ponto de partida.

### 1.4 “Priorados paróquias”

A evolução dos priorados reduzidos de paróquia, promovidos com força em vários mosteiros (Strahov, Mondaye) situa-se dentro da mesma tendência. O mosteiro já não envia confrades um atrás do outro para distintas paróquias; ao contrário, são vários irmãos que vivem juntos em priorados paroquiais, assumindo ‘in solidum’ o trabalho pastoral em torno desse centro; às vezes assumem um decanato inteiro. Torna-se importante esse tipo de priorado como centro de vida comunitária, que tem um vínculo estreito com o território pastoral.

### 1.5 O ano sacerdotal

Após o ano paulino (2008-2009), celebramos agora o ano sacerdotal (2009-2010). Assim, o Papa Bento XVI quis comemorar o sesquicentenário aniversário da morte de João Maria Vianney, o pároco de Ars (1786-1959) com o lema “A fidelidade de Cristo – a fidelidade do sacerdote”. Uma ocasião para lançar uma nova meditação sobre o sacerdote, o sacerdócio, o serviço sacerdotal na Igreja, o sacerdote como pastor. Com respeito ao sacerdócio, existe muita inquietude e confusão e, se faz necessário esclarecer uma série de situações e expectativas. Às vezes, o sacerdote tem a experiência de exercer a função de administrador, de oficial de culto, de “manager”.

A figura do santo pároco de Ars, proposta pelo Papa como modelo, suscita adesão e admiração, mas também provoca questionamentos e até incomoda. Será que o pároco de Ars representa a imagem sacerdotal necessária para hoje e, suscitará vocações para o futuro? Desconsiderando uma identificação total com este Santo do século dezanove, se descobre nele, sobretudo um ‘eros pastoral’ que pode encaminhar a uma nova orientação. Ao considerar a presença incansável dele na igreja e particularmente no confessionário, a persistência de sua preocupação pastoral, a sua luta por cada alma, o seu esforço para achar e revivificar a ovelha afastada, a sua grande obra reconciliadora, as longas horas passadas diante do tabernáculo, podemos colocar este ano debaixo do trítono: ‘Eucaristia - sacerdócio - serviço de reconciliação’. A ‘existência eucarística’ do sacerdote pode gerar uma renovação da meditação e um aprofundamento da imagem sacerdotal. Daí poderia nascer numa ordem, e mais ainda numa comunidade canonical, uma reflexão sobre as implicações pastorais.

## 2 Fontes

Em nossa Ordem há duas fontes principais. Primeiro temos a Regra de Santo Agostinho, escolhida por nosso Fundador São Norberto para a sua primeira comunidade em Prémontré. As nossas Constituições constituem a segunda fonte normativa para nós: foram elaborados pelos capítulos de renovação de 1968 e 1970, como foi encomendado após o Concílio Vaticano. Para a nova edição das constituições que se prepara atualmente, deve-se examinar de que maneira a abadia é descrita e avaliada nas Constituições, como centro de espiritualidade e de serviço pastoral.

### 2.1 A Regra de Santo Agostinho



A regra de Santo Agostinho, escrita ao redor de 397, começa com uma expressão capital da vida comunitária: “O primeiro motivo de sua vida comunitária é conviver em concórdia, com um só coração e uma alma, orientados para Deus”. O ‘*primum propter quod*’ (a primeira motivação) para a vida canonical resume-se no conviver na casa. Cita-se o salmo 68,7: “O Senhor dá um lar aos deserdados”. A versão latina, usada por Agostinho era outra. Ela dizia: “Aos unânimes, Deus concede viver juntos numa mesma casa”. Observa-se aqui, uma grande diferença entre ‘deserdados’ e ‘unânimes’. Com esta citação do salmo, Agostinho já acentua a vida comunitária

no começo da Regra. A casa é um lugar de unanimidade, de concordância geral, onde há um só coração e uma só alma, em direção a Deus. Viver junto, debaixo do mesmo teto, não como indivíduos solteiros num edifício alto, não como estudantes numa universidade, mas sim, vivendo comunitariamente, tendo uma mesa comum, uma sala de recreio, um dormitório e um espaço de oração. E tudo isso é organizado com o fim de permanecer junto, suportando-se mutuamente. Não é semelhante a uma agremiação, onde se colabora por um tempo limitado e para um projeto transitório; o mosteiro requer uma comunidade de vida permanente. Na sua Regra, Santo Agostinho descreve o decorrer interior da vida religiosa, falando primeiro da comunhão de bens, da oração comunitária, das estruturas do governo, dos casos de enfermidade e conflito, falando até mesmo de assuntos inteiramente práticos, como da lavagem de roupas, dos banhos, da biblioteca, e dos vários serviços na comunidade, menciona perigos e recaídas, e situações de crise, agregando alguns remédios, como a correção fraterna, a vigilância interior, conversações abertas, a desistência e a humildade, a oração e a obediência, a busca contínua de crescer no amor e no conhecimento de Deus. Atrás destes esclarecimentos, percebe-se a experiência de Agostinho relativa à vida comunitária e, às vezes igualmente, a sua busca da verdade e o seu modo de proceder com amigos. Agostinho precisava de amigos, de correligionários, de sócios na fé, de gente que compartilha a sua busca, já que não é possível para um homem solitário viver como cristão e, a busca da verdade precisa de diálogo e partilha. Numa pregação sobre o salmo 147,28, Agostinho expressa, numa fórmula breve, o que lhe importa: “Caminhar juntos e unânimes, no único Cristo, em direção do único Pai”<sup>2</sup>. Nesta fórmula, Agostinho destaca três vezes a unidade: entre nós, em Cristo e no mesmo caminho para o Pai. Isto é o que mantém unidos irmãos ou irmãs na mesma casa. Mais adiante, tratar-se-á de explicitar mais esta vida comunitária e esta preocupação mútua no convento. Uma olhada nas Constituições nos ajudará.

<sup>2</sup> Comentário de Tarcisio Van Bavel sobre a Regra de Santo Agostino

## 2.2 As Constituições

Redigidas nos anos 1968 e 1970, e depois sempre trabalhadas, as Constituições têm um ponto de partida indutivo: na sua introdução, elas descrevem a situação do mundo de hoje, e depois convidam a observar ‘os sinais dos tempos’ que se referem de modo multiforme à unidade, à unificação e à união, nos distintos níveis políticos e sociais, como também na vida humana e pessoal. A natureza humana se manifesta em individualidade e socialidade. O homem é um indivíduo e um ser social, e ele até mesmo precisa do outro, do ‘tu’, para tornar-se um ‘eu’, uma pessoa autônoma. O aspecto natural do homem confronta-se com a realidade da criação e da salvação. Fomos criados por Deus e para Ele, o Trino que é Amor. Esta estrutura trinitária de amor e de comunicação, nos antecede e plasma toda vida cristã. Pelo nosso batismo fomos unidos a Cristo e vinculados com Ele. Juntos formamos o Corpo do qual Cristo é a cabeça. Sejamos um, como Cristo está unido com o Pai e, o Pai está unido com Cristo. “Que eles também estejam unidos em nós “ (Jo 17,21). Eis o modelo inaudito e o princípio fundamental para toda comunidade religiosa.

O n° 12 das Constituições diz:

“Comunhão quer significar uma ligação mútua entre as pessoas em uma reciprocidade de serviço: comunhão é a nossa união interna, manifestada exteriormente.

Comunhão humana, já baseada na vontade do Criador, consiste na estima mútua, na confiança, na sinceridade, na fé, na responsabilidade mútua: em uma palavra, numa humanidade serviçal, que a caridade constrói (1Cor. 13). Exprime-se por toda sorte de dedicação, de conselhos, de edificação, e de respeito, assim como de diálogo, de informações, de consultas, de colaboração e de vida verdadeiramente comum.”

Isto se desenvolve: esta ‘união em Cristo’ (Gal. 3,28) realiza-se na comunhão de fé e sacramentos, na comunhão com a hierarquia e na comunhão dos santos (dos cristãos). A construção da comunhão com todas as forças, cada dia e, ‘no lugar em que nos encontramos’ será a missão fundamental e o sinal escatológico, porque neles se expressa a saudade dos que peregrinam para o Deus Trino (n°16).

Com minuciosidade fala-se no último capítulo da seção primeira e mais espiritual (cap. I - III) das Constituições<sup>3</sup>, sobre ‘a realização da comunhão através da prática da vida comunitária’ (n° 81-92). Com relação a isto, a regra de Santo Agostinho já oferece algumas normas práticas, adaptáveis ao nosso tempo. A vida comunitária não é simples, nem se realiza automaticamente. Quem vive numa comunidade, sabe que a vida religiosa não é vivida por comunidades perfeitas. As pessoas que têm contato com conventos sabem disso também. Por isso se necessita de orientações, pontos de referência, normas fixas e costumes; além disso se precisa instruir, treinar, controlar, avaliar, corrigir e às vezes renovar. Falando da leitura semanal da Regra, Agostinho usa a imagem do espelho (8,2). A Regra e as Constituições revestem aqui um caráter pastoral, pois procuram ajudar indivíduos e comunidades no seu caminho para Deus. Trata-se, finalmente, da salvação dos indivíduos e do último fundamento da vida comunitária, ou seja de guiar para Deus e de encontrar nEle o destino e a realização final.

## 3 Colunas do testemunho da vida canonical

Após esta introdução, devem ser tocados elementos centrais da vida religiosa, que valorizam o espaço da vida comunitária em um convento. Aqui não se trata de descrever uma situação ou de fazer uma declaração sobre a vida comunitária, mas sim de formular o objetivo, um “vision-statement” como aquele proposto durante o último capítulo geral. Qual é a nossa visão? Qual é a orientação básica para um grupo de homens e mulheres que se sentem chamados a essa forma de

---

<sup>3</sup> antes da seção jurídica (cap. IV – VIII)

vida canonical e, que a encontraram num convento determinado? Uma outra pergunta se impõe: em que medida os indivíduos e a comunidade se afastaram desta linha ideal? A fórmula de profissão não fala inutilmente da ‘conversão dos costumes’ e da ‘vida de comunhão’: de maneira que a primeira condicione a segunda, ou que os dois precisem um do outro para sair bem.

“Tenham uma só alma e um só coração orientados para Deus.” (Regra 1,2)

Nos atos dos Apóstolos encontramos um ponto essencial da Regra de Santo Agostinho, que constitui um programa básico para a vida canonical: “Todos os que creram, pensavam e sentiam do mesmo modo. Ninguém dizia que as coisas que possuía eram somente suas, mas todos repartiam uns com os outros tudo o que tinham”(Atos, 4,32). Isso é seguramente uma imagem idealizada da Igreja primitiva, na qual não faltaram discussões e situações conflitivas. Porém todas essas tensões e esclarecimentos não conseguiram confundir a impressão seguinte: tem lá um grupo de pessoas que se destaca por um alto grau de coesão, de cordialidade, de unanimidade e solidariedade, um grupo que dispõe também numa base material: a propriedade comum e, que se funda numa convicção clara: o testemunho da ressurreição. “Deus derramava muitas bênçãos sobre todos”(v.33): estas palavras nos levam além do aspecto puramente sociológico, para o ambiente da graça e da salvação. A fecundidade dessa intensa comunhão de partilha e solidariedade, demonstra-se pelas palavras: “Não havia entre eles nenhum necessitado” (v.34) nem espiritualmente, nem materialmente. Agostinho aproveitou-se deste modelo da Igreja primitiva, para dar-lhe uma nova dinâmica. Aquele estar junto, transforma-se num caminhar junto para Deus, ‘in Deum’. Percorrer em comunhão o caminho para Deus, intensifica também a união entre os irmãos e entre as irmãs: são como os raios numa roda que se tornam mais próximos no centro. Essa vida comunitária não tem o seu fim em si mesma, mas ela nutre-se desse movimento em busca de Deus. Isso é a orientação e o fundamento existencial da comunidade de vida cristã canonical. A meta de nossa vida e de nossa comunidade encontra-se naquele ponto evasivo da vista ao longe, em Deus. Isso foi a dinâmica fundamental da vida de Agostinho, e a motivação de sua busca até o fim: viver orientado para Deus, não só para encontrar a sua própria salvação, senão para encontrar Àquele que nos reúne. Isso não constitui uma coisa fechada e alcançada, não é uma concordância, nem um ter chegado a Deus. Continua sendo uma missão fundamental encomendada e uma tensão determinante na vida individual dos irmãos e, sobretudo para a vida comunitária. Nisso, o Pe. Van Bavel<sup>4</sup> vê a perspectiva escatológica da vida religiosa, porque Deus é o objetivo final, que por sua infinitude continua sendo inconcebível e insondável. O que exige uma certa flexibilidade e mobilidade, uma disponibilidade para mover e converter-se, como o menciona a fórmula de profissão. ‘Retira-se’ das estruturas fixas que amiúde atam, nas quais procuramos sempre estabelecer-nos. Não se trata de converter-se em nômades, senão de cultivar uma mobilidade interior, uma capacidade para refletir e pôr-se em questão, para refletir e corrigir o conseguido, que muitas vezes tornou-se entorpecido. Agostinho fez esse exercício em suas ‘Retractationes’: onde revisa a totalidade de seus escritos. Que prestação espiritual! De tal maneira nós devemos nos colocar a examinar o nosso caminho individual e comunitário. Trata-se de certificar-se de que os elementos básicos estejam perceptíveis na vida comunitária, e aceitos por cada um. Trata-se de ter certeza de sentir-se tocados e chamados pelo mesmo mistério, de sentir-se obrigados pela mesma realidade indizível, de sentir-se amados e acolhidos pela mesma força inacessível,”um só coração e uma só alma para Deus”, porém também ‘a partir de Deus’.

Daí nasce o compromisso, a responsabilidade mútua e um respeito profundo pelo mistério ativo em cada irmão.

“Cristo solo duce” (Com Cristo como único guia)

---

<sup>4</sup> Tarcísio van Bavel o.s.a., professor em Lovaina, renomado por seus escritos e conferências sobre Santo Agostinho.



Esta palavra é atribuída a São Norberto. Não conservamos dele nenhuma linha autêntica. No caminho para Freden, Norberto fez uma experiência de conversão semelhante à de Saulo, perto de Damasco. Nela, Norberto sentiu-se interpelado pelo Senhor: “Senhor, que queres que eu faça?”. Desde então empreendeu seu caminho de maneira conseqüente, guiado pelo Senhor. Queria seguir a Ele com radicalidade, consagrando-lhe sua vida e todo seu trabalho. Como sacerdote, cônego e pregador itinerante, como bispo e político, Norberto tornou-se um servidor resolutivo do Senhor, com o intuito de levar o povo para Ele. A sua pregação centrava-se em Cristo. NEle estava igualmente centrada a nova fundação em Prémontré, que segundo a tradição se realizou após uma visão da Santa Cruz. Norberto desejava receber o Senhor durante a celebração eucarística diária. Até o fim de sua vida, seguiu trabalhando como um pregador itinerante, proclamando

o evangelho de Cristo.

Numa comunidade de monges, o abade coloca-se no centro, porque através dele é Cristo que fala e guia. Porém, numa comunidade canonical é Cristo mesmo que deve ser considerado como centro, enquanto que a comunidade forma um círculo do qual o abade faz parte - seja como ‘primus inter pares’ (o primeiro num grupo de semelhantes). Essa centralidade de Cristo é claramente simbolizada durante o rito da profissão, quando o documento, assinado no altar pelo candidato e depois pelo abade, é colocado no altar: designando a entrega e doação (“trado meipsum offerens - ofereço-me em doação”), pela qual nos confiamos a Cristo mesmo, simbolizado pelo altar. Nenhuma imagem pode expressar melhor o que significa ter a Cristo como centro e guia, quando a comunidade, formando um círculo, se reúne em torno do altar, celebrando a presença do Senhor representado pelo altar. Acreditamos que a comunhão com Cristo deve preceder e nutrir a comunhão entre os irmãos. A paz é oferecida e transmitida a partir do altar, pelo celebrante principal, que atua em nome de Cristo. Assim pode constatar-se que a missa conventual diária é imprescindível e insubstituível para a construção da comunidade. Escutando juntos a Palavra de Deus proclamada nas leituras e meditada pelos salmos responsoriais, damos uma forma expressiva e viva de nosso seguimento que é guiado por Cristo.

“Eu, NN., ofereço-me em doação e me entrego à igreja de N.” (Const. nº39)

Na festa de Natal de 2009 celebramos o 888º aniversário da profissão de São Norberto e de seus discípulos em Prémontré. Sabemos que a nossa fórmula de profissão remonta provavelmente àquela época e foi transmitida inalterada em nossa Ordem. A Vida A de São Norberto conta, no capítulo doze, que no dia de Natal de 1121, todos fizeram livremente a profissão, segundo a Regra de Santo Agostinho, com o fim de se inscreverem como habitantes da cidade de Deus, onde há felicidade eterna. Porém a Vida A não diz qual foi a fórmula usada para aquela profissão.



O candidato começa dizendo o seu nome “Eu, NN...”. Trata-se de um ato e momento plenamente pessoal, o da doação de si mesmo, sem pressão ou coação, sem limite ou condição, após muita

ponderação e exame pormenorizado. “Eu” com tudo o que sou, com tudo o que me constitui e me modelou, plenamente consciente, e do fundo do coração. Com certeza há poucos momentos na vida duma pessoa com tal densidade e consequência. Professa-se nas mãos do abade, que atua aqui mais em nome de Cristo, e como representante da comunidade.

O início de nossa fórmula de profissão menciona uma doação total e uma entrega a uma igreja, a um convento concreto ligado a uma igreja, a igreja de Jaú, a igreja de Montes Claros ou de Itinga. A entrega realiza-se numa vida que constrói igreja; assim ela se torna compreensível. Sustentar que neste lugar a igreja existe, se constrói e se desenvolve, através da incorporação e da entrega de novos membros, é sinal duma aspiração grande. Fala-se aqui da igreja como uma igreja local, inserida numa diocese e, que forma sempre parte da Igreja universal. Porém, esta pequena igreja, esta ‘ecclesiola’ fica inteiramente obrigada a Cristo, sua cabeça e, ligada por solidariedade com todos os outros membros do Corpo de Cristo. Por meio dela, Cristo continua a exercer sua missão, isto é, seu ministério de Profeta, Sacerdote e Rei:

O ministério da escuta e da pregação da palavra de Deus (função profética), o ministério da celebração litúrgica e da santificação da ordem temporal (função sacerdotal) e o ministério de edificação da comunidade na caridade (função régia)<sup>5</sup>. Dá-se uma dupla orientação para a missão: em direção ao interior da comunidade:

- escutar a Palavra de Deus e meditá-la juntos,
- celebrar de maneira consciente a liturgia da comunidade, com esforços para santificar-se,
- crescer no amor, apoiando-se mutuamente, aceitando como uma missão as palavras da Regra: “um só coração e uma só alma para Deus”.

E depois, em direção ao exterior da comunidade:

- proclamar a Palavra de Deus por meio da vida e da palavra,
- celebrar a liturgia com o povo e para ele,
- promover por uma presença ativa, a construção da comunidade humana e da igreja.

O trabalho interior deve estar impregnado duma profunda preocupação pastoral. Estamos fazendo tudo para apoiar e acompanhar o confrade no seu caminhar para Deus? Significa a minha presença e forma de vida uma ajuda para meu irmão? E vice-versa, a vida de meu irmão me serve de estímulo, de exemplo, de desafio e de correção?

“Que o coração sinta aquilo que profere a voz”. (Regra 2,3)

Na sua Regra, Agostinho insiste na credibilidade e na autenticidade. Isso se vê, por exemplo, quando fala da maneira de rezar. Não se trata da maior quantidade possível de orações, senão do modo de rezar, da nossa presença íntima. Visto que os cônegos rezam em público, e convidam o povo para participar da oração deles, essa oração deve fazer-se sem formalidade ou rotina, não será executada por pura obrigação. A oração é um ato pessoal diante de Deus;

mesmo efetuada em comum, o indivíduo expressa-se nela diante de Deus. Os lábios falam, porém é o coração que entra em contato com Deus. Agostinho pensa nos dois, mas ele conhece o perigo da superficialidade, do ato de aparecer sem profundidade, do ato puramente exterior. Para Agostinho a oração é um espelho no qual a comunidade pode ver-se a si mesma. Para poder estar juntos diante de Deus, é necessário escutar-nos mutuamente, especialmente quando cantamos, para formar uma só voz, para encontramo-nos em harmonia; o mais importante é viver em harmonia. A oração comunitária e a celebração eucarística em comum, requerem autenticidade e credibilidade de cada um. Com razão, o Senhor exorta a buscar a reconciliação antes de apresentar o sacrifício, a promover a paz antes de rezar.<sup>6</sup> Senão essa oração, especialmente quando efetuada publicamente, torna-se insignificante e falsa. Em nossos conventos poderia referir-se às palavras “Não dê um testemunho falso”, com respeito à atitude na oração e à forma de vida, à maneira de manifestar-nos e à pretensão na vida. Exige-se de cada um, uma contribuição em favor da credibilidade e da

<sup>5</sup> Constituições n° 52 : A comunhão atuante de nossa missão que consiste de três ministérios complementares.

<sup>6</sup> « Se você estiver oferecendo no altar a sua oferta a Deus e lembrar... »(Mt 5,23-24)

correção, reclamando ao mesmo tempo a colaboração dos outros. Cada um carregue a carga do outro, a sua fraqueza, às vezes também a sua inconseqüência, os seus recuos e a sua imperfeição. Interpretando livremente Mahatma Gandhi, se poderia dizer: “Sê você mesmo o câmbio que deseja para os outros e a comunidade”.

“Aquele que nunca quer pedir perdão ou não o pede de coração, em vão se encontra na casa religiosa.”(Regra VI,3)

Descrevendo algo exterior, Agostinho pensa em algo interior. Alguma coisa está correndo mal quando uma pessoa, vista do exterior, vive num mosteiro, usando o hábito e sendo membro da comunidade, sem vivê-lo o buscá-lo realmente, sem esforçar-se pela reconciliação, pela paz e o acordo, sem querer perdoar ou aceitar o perdão após conflito ou discussão. O que importa não é o fato mesmo, senão a atitude interior, a intensidade do amor e, a busca de melhoramento; neles se medem a qualidade e a autenticidade de nossa vida comunitária. Um de meus predecessores dizia: “É melhor que não haja convento do que um convento mau”. Esta expressão radical é uma extensão da idéia de Santo Agostinho: ‘encontrar-se em vão na casa religiosa’. É inconveniente viver só aparentemente como religioso. É inconveniente que alguém fique no mosteiro sem a capacidade ou a vontade para aceitar a mão estendida de outro irmão, ou seu pedido de perdão. Na vida religiosa há suficientes instrumentos e mecanismos para atacar problemas ou corrigir situações tortas. Temos regularmente os capítulos da casa e da canonia, existe a possibilidade do diálogo com um irmão, ou da correção fraterna, é possível interceder ou confiar o assunto ao superior. Deve-se pensar também em dias de recolhimento, atos comunitários de penitência, retiros e visitas. Porém, finalmente, tudo depende do entendimento do irmão, da sua vontade de perdoar, da sua disponibilidade para converter-se. Depende também de sua magnanimidade que, lembrando-se de seus próprios erros, não condena senão concede perdão. No seu comentário sobre o evangelho segundo São João, Agostinho escreve: “Certo, ainda não chegamos ao Senhor, mas conosco está o próximo. Leva aquele que caminha com você, para chegar Àquele com quem quereria morar para sempre<sup>7</sup>”. Nisso mostra-se uma verdadeira preocupação pastoral que não manda a passear o outro, que não o trata sem esperança. Comentando o risco da amizade, a raposa no “Pequeno Príncipe” diz que durante toda a nossa vida, somos responsáveis por aquilo que cativamos. Uma comunidade de vida não resulta sem essa confiança e a responsabilidade que nasce dela.

“A comunhão de nossas comunidades deve extrapolar-se pela caridade que se estende a todos os homens”. (Constit. n° 68)

A vida canonical de cônegos regulares é uma vida inserida, uma vida que tem forma e estrutura, modos de pensar e agir, regras e costumes. Por isso há Constituições que tratam os assuntos gerais, enquanto que as particularidades se organizam no livro de usos. Porém essa vida não se esgota vivendo juntos, nem se contenta com uma certa intimidade agradável. Essa vida é marcada por uma dupla direção: caminhar junto em direção a Deus e estar presente de maneira ativa nos arredores do convento e no mundo. É nossa missão levar para o povo o que almejamos e tentamos viver em nossa comunidade. Somos chamados a deixar participar o povo de nossa vocação, convidando-o para rezar e celebrar conosco, abrindo as nossas casas para distintas atividades, ou saindo como pastores para colaborar na construção da comunidade e da igreja. Para este compromisso com o exterior, existe só uma limitação: a comunidade deve ser corresponsável por todas essas atividades que se realizam e se justificam em nome dela. Da mesma maneira que a caridade é ilimitada e supera tudo, a extensão e a intensidade das atividades não têm limite. Dão-se exemplos magníficos duma caridade que inunda os arredores. Um primeiro exemplo, encontra-se no trabalho pastoral usual nas paróquias e nos municípios, em seguida aparece a mesma caridade na pastoral escolar e juvenil, como também nas numerosas formas de pastoral categorial e nos compromissos pastorais

---

<sup>7</sup> Comentário sobre o Evangelho de São João 17, 7,8,9.

com grupos determinados (surdo-mudos, prisioneiros, enfermos, polícia, forças armadas, artistas). Após o Concílio Vaticano II, todo o nosso trabalho pastoral deve fazer-se em conexão com as estruturas diocesanas, e finalmente sob a responsabilidade do bispo. Diante das dificuldades, as ordens religiosas prestam uma contribuição importante para manter o conjunto das estruturas pastorais, construindo centros pastorais com grande intensidade espiritual, com uma liturgia cuidada, lugares tranqüilos para a reflexão, a oração e a meditação.

Podemos oferecer, somente o que nós mesmos temos, podemos pôr a disposição, somente o que nós adquirimos, sabendo que a busca de Deus e a amizade com Ele são mais graça do que o resultado de nosso empenho. No passado, após a profissão solene de um irmão, o convento terminava o ofício durante oito dias com o salmo 127: “Se o Senhor não construir a nossa casa, em vão trabalharão seus construtores; se o Senhor não vigiar nossa cidade, em vão vigiarão as sentinelas”.

“Aquele que os preside procure mais ser amado por vocês que temido.” (Regra 7,3)

No capítulo penúltimo de sua Regra, Agostinho descreve a função do superior primeiro como vivida pela obediência dos irmãos, e depois como um serviço oferecido à comunidade. A obediência é considerada como uma forma de consideração, como o respeito demonstrado ao pai. Isso evoca as palavras do Decálogo que recomendam respeitar pai e mãe “para que tenha uma vida longa na terra que o Senhor lhe dá” (Ex 20,12). O ponto de partida para Agostinho é que cada homem merece respeito, por conseqüência, o irmão, e também o superior, devem ser respeitados.

Segundo Agostinho, a consideração e o respeito formam o fundamento do amor sobre o qual deve basear-se finalmente a comunidade. O ideal agostiniano da comunidade, formado a partir de um



grupo de amigos, tem como tema fundamental o lema de São Paulo “Que o amor faça com que vocês sirvam uns aos outros”(Gal. 5,13). Por isso o nosso modo de proceder com o superior será impregnado desse respeito e amor, como por outro lado, o serviço do superior será também prestado por amor. Assim, o superior encontra-se com os seus irmãos num círculo ao redor do centro chamado Cristo. Por isso também usou-se no começo o termo ‘praepositus’, e não o termo monástico ‘abbas’. Usando até uma imagem radical, Agostinho quer que o superior, por temor diante de Deus, se prostre aos pés de seus irmãos. Através esta atitude humilde do

menor, Agostinho expressa uma dupla exigência explícita: o temor do superior diante de Deus, e a responsabilidade dele, ligada a esse temor. Naturalmente, Agostinho confia ao superior algumas tarefas, situando o serviço dele em meio dos outros serviços na comunidade. “Ele é responsável pela observação dos preceitos e pela correção contínua. Que se mostre a todos como exemplo de boas obras ; que corrija aos inquietos, console aos tímidos, acolha os fracos, seja paciente com todos” (Regra cap. 7). O superior preocupa-se da disciplina e do respeito, e tem o maior cuidado do bem-estar de todos. Ele é responsável diante de Deus, mas também diante dos irmãos. O seu modo de dirigir será compreensivo e justo, o seu estilo de guiar será transparente e confiável. O que se deve temer, é a palavra de Deus que representa, e não a pessoa do superior. Não obstante o temor de Deus do qual nasce o começo de toda sabedoria, o superior procurará mais ser amado pelos irmãos, que temido. Ele é também responsável pelo seu estilo de governo, por sua apresentação, por seu modo de tratar aos irmãos. A sua função é menos honra do que fardo, ela não é tanto esplendor, como perigo. Assim deve ser considerada a sua função pelos irmãos, que devem compreender ao superior e obedecer-lhe. Aqui, estão fora de seu lugar, uma direção autoritária, um mando autocrático, ou uma atitude continuamente descontente e pessimista. Não cabe a esta concepção

agostiniana qualquer forma de egoísmo ou de exibicionismo, seja da parte do superior, seja da parte dos irmãos. Não se trata tanto de regras democráticas - que se encontram inicialmente - senão da atitude fundamental de Jesus no seu serviço: “O Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida para salvar a muitos” (Mc 10,45). Esta preocupação, que busca conformar-se à atitude de Jesus mesmo, inclui também o cuidado fundamental para com a salvação dos irmãos (sem negar a própria responsabilidade deles). ‘Faço caso de sua salvação’: é uma tarefa pastoral para o superior, mas também para cada irmão. O superior vai ter que dar contas de sua maneira de conduzir a comunidade a Deus, sem perder a ninguém. Angela Merici expressou isso para as suas superiores, de um jeito muito maternal - adaptamos aqui as suas palavras para conventos masculinos-: “Tenham consideração para cada um. Levem a cada um, gravado no seu coração, não só com o seu nome, mas com a sua disposição e condição atual. Então não lhes custará muito a acolhê-lo com amor sincero”.

## Conclusão

Durante a minha visita às irmãs rigorosamente contemplativas de Tehachapi, foi enunciado um pedido: ‘Não poderia escrever um artigo sobre a nossa vocação canonical?’. Que é, no fundo, a nossa ‘canonical vocation’ específica, e como podemos vivê-la? É verdade que nem o decreto conciliar “Perfectae Caritatis”, nem o texto pós-sinodal “Vita Consecrata” nos mencionam expressamente. No manual de espiritualidade de Christian Schulz não se encontra o termo ‘espiritualidade canonical’, porém sim, a espiritualidade monástica, a beneditina, a franciscana, a jesuítica, a carmelitana. Para nós, premonstratenses, a nossa espiritualidade baseia-se na inspiração de Santo Agostinho, e nas palavras fundamentais de São Norberto. Foi o nosso propósito, articular algumas linhas fundamentais, a partir dessas fontes.

Quero concluir aqui, com um duplo impulso para a reflexão ulterior.

- A famosa frase de Mateus “Sejam perfeitos no amor, assim como é perfeito o Pai de vocês, que está no céu” (Mt 5,48) foi traduzido por Richard Rorh da seguinte maneira: “Tratem-se de modo generoso e carinhoso, da mesma maneira que Deus trata a vocês”.

- Um cartão de Natal trazia uma citação de Romano Guardini:  
“Neste dia queremos praticar a caridade, a fim de que os nossos olhos se abram para Cristo. Queremos fazê-lo no lugar onde nos encontramos, para com as pessoas com quem vivemos: Dando-lhes o direito de ser como são, aceitando-os sempre de novo e entendendo-nos com eles com amizade.”

Roma,  
+ Thomas Handrätinger - Abade Geral